

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA – MARANHÃO, BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS 1989 - 2019

Alexsandro Mendonça Viegas¹, André Luís Silva dos Santos²

1. Professor Mestrando em Cultura e Sociedade (UFMA)

2. Professor Dr.do IFMA, atualmente Presidente da Fapema/Orientador

Resumo

O presente trabalho foi realizado no município de Alcântara MA, com o objetivo principal de analisar os impactos socioambientais ocorridos na região nas últimas três décadas. O lapso temporal da pesquisa coincide com um período de profundas transformações na região por ocasião da implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), que provocou impactos ambientais e sociais relevantes no município, a exemplo de desmatamentos, assoreamento de rios e pauperização das populações remanejadas dos povoados para as agrovilas construídas pelo CLA. A pesquisa foi elaborada a partir de indicadores oficiais e visitas à região, sendo realizadas imagens de drone e coletadas imagens de satélite. Os resultados confirmaram a presença de impactos ambientais e sociais severos, como a presença de lixo a céu aberto, redução dos mananciais de água e incremento da pobreza na região. Concluimos que são necessárias intervenções do poder público com políticas de manejo ambiental e apoio as populações carentes.

Autorização legal: Pesquisa autorizada pela aprovação do parecer NEP/CONEP UFMA N° 3.212.708

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sociedade, Meio ambiente.

Introdução

A cidade de Alcântara MA teve seu apogeu econômico no século XIX, quando as ricas famílias provenientes de Portugal exportavam algodão e cana-de-açúcar para a Europa. Com a abolição da escravatura e a proclamação da república, ocorreu o desenvolvimento de São Luís, hoje capital do Maranhão e Alcântara foi aos poucos abandonada pelas ricas famílias, ficando seu espólio para os antigos escravos negros e seus descendentes.

Após quase um século, Alcântara seria lembrada, agora pelo projeto aeroespacial brasileiro, ainda na década de 1980, final da ditadura militar. A instalação do Centro de Lançamento de Alcântara e o consequente remanejamento de mais de trinta comunidades quilombolas traria consequências graves àquela população(ALMEIDA, 2006)

O CLA construiu sete agrovilas para receber os moradores da região do litoral onde seria instalado o centro de lançamentos. Os impactos ambientais nessa região foram de diversas naturezas, desde desmatamentos, destruição de nascentes de rios, morte de animais silvestres e assoreamento de rios da região, além de depósitos de lixo a céu aberto(PEREIRA JUNIOR, 2012)

Além dos impactos ambientais, houve também consequências importantes para a população da região. Os moradores dos povoados deslocados nunca receberam os títulos das propriedades das agrovilas (LOPES, 2016) e deixaram de viver próximos ao mar onde realizavam a pesca e passaram a viver em áreas onde teoricamente deveriam vier da agricultura, sendo que nunca receberam nenhum apoio técnico ou material.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar a natureza e consequências dos impactos sociais e ambientais ocorridos no município de Alcântara MA nas últimas três décadas, em especial após a instalação do CLA na região. Em 2019 o congresso nacional aprovou o acordo de salvaguarda tecnológico com os EUA. Desta maneira, torna-se relevante a pesquisa das condições sociais dos moradores da região e as transformações ambientais ocorridas de forma a permitir análises futuras tendo como referência os parâmetros agora verificados e analisados.

Metodologia

A análise dos impactos ambientais foi feita a partir do levantamento de dados relativos à coleta e dispensação de resíduos sólidos, captação e distribuição de água, áreas de desmatamento para construção civil e destinação do esgoto doméstico.

Os levantamentos foram feitos em incursões locais, com visitas a região onde o lixo da cidade é dispensado após ser recolhido buscando verificar se o processo está de acordo com a legislação ambiental relativa aos ditames do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Lei 9.605/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), RDC n° 306/04, além de leis ambientais relativas à secretaria de meio ambiente do Estado do Maranhão (SEMA), Lei 9.340/11.

Foram realizadas também visitas à companhia de saneamento ambiental do Maranhão (CAEMA) para identificarmos os processos de captação, tratamento e distribuição de água na cidade, além da forma de destinação do esgoto do município, verificando se há uma legislação no município correspondente à construção de fossas assépticas e estudos de impactos ambientais relativos à contaminação de lençóis freáticos.

A análise dos impactos sociais foi realizada a partir de pesquisa documental tendo como base os índices publicados por órgãos governamentais, tais como IBGE, PNUD, OMS, ONU, FAO em relação a indicadores socioeconômicos.

A partir da comparação dos dados referentes aos censos IBGE de 1990, 2000 e 2010, foi possível verificar a elevação ou o decréscimo de aspectos como a renda, analfabetismo e expectativa de vida, que juntos serviram para analisarmos a evolução do IDH do município nas últimas três décadas.

Buscamos dados em trabalhos de campo que mostram déficit no abastecimento de água na cidade, bem como estudos que mostram a redução e até mesmo o desaparecimento de rios com os quais as comunidades conviviam há décadas.

Os impactos ambientais e socioeconômicos foram avaliados quanto a suas origens e reflexos nas comunidades locais. O aumento da população urbana no município que tem relação também com êxodo resultante do desalojamento das comunidades, foi analisado em visitas de campo, quando foram contabilizadas construções de casas no entorno da cidade por pessoas que são advindas do interior e da própria sede.

Todas as casas construídas no entorno da cidade, fora do perímetro urbano, foram visitadas e questionadas sobre qual a origem de seus moradores, se da própria sede da cidade, se de outras localidades ou se das agrovilas. Desta forma foi possível avaliar-se o quantitativo de famílias oriundas das agrovilas que passaram a morar no entorno do centro histórico do município.

Resultados e Discussão

Segundo Silva Júnior (2006), “os indicadores socioeconômicos nordestinos evidenciam a situação de extrema pobreza em relação às demais regiões brasileiras, e quando se trata de pobreza da população rural dessa região, possivelmente, as suas consequências são ainda mais perigosas”.

Os valores regionais mostram que Alcântara não é uma exceção na região e em especial no Estado do Maranhão. O IBGE deixa claro que os critérios utilizados para a classificação de pobreza levam em consideração, além da renda, aspectos relacionados ao saneamento básico, como fornecimento de água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, tipo de material com o qual a casa foi construída e a presença de um número de moradores superior ao adequado ao domicílio.

Sem acesso às condições objetivas de vida, longe dos recursos naturais e sem apoio governamental, por vezes sobram apenas os meios ilícitos de vida. O aumento nos índices de criminalidade, tráfico de drogas e prostituição infantil na região são um reflexo direto das transformações sofridas sem a devida previsibilidade de apoio a essas pessoas.

Os pescadores foram transformados em agricultores sem haver recebido nenhum tipo de apoio logístico, nenhuma ferramenta, consultoria de nenhuma natureza, apoio, por exemplo, da EMBRAPA, sementes ou instruções para plantação de hortas ou como fazer irrigação, absolutamente nada de apoio tecnológico ou suporte de agrônomos ou técnicos agrícolas, de acordo com depoimentos de moradores de todas as agrovilas nas entrevistas semiestruturadas (LOPES, 2016; PEREIRA JUNIOR, 2009).

É possível observarmos um acréscimo da pauperização da população do município ao longo desse período, observando os índices publicados durante os censos de 1991, 2001 e 2010 pelo IBGE e organismos internacionais, sendo a pobreza associada à ocupação de áreas florestais e redução do leito dos rios (SANT'ANA JUNIOR, 2018).

Os impactos ambientais são notórios, o desmatamento das regiões e o crescimento urbano onde os projetos foram idealizados, bem como o crescimento do volume de resíduos sólidos produzidos em função do aumento da densidade populacional e os riscos de contaminação dos lençóis freáticos por uma cidade que não tem rede de esgoto é uma consequência irremediável.

As áreas de desmatamento na região de Alcântara também preocupam pela destruição da floresta nativa e comprometimento dos rios e a exposição do solo. A retirada de madeira para a construção civil e a produção de carvão é costumeira na região e vem tomando dimensões preocupantes.

Esse processo não é recente e já foi citado tanto nos dois volumes do laudo antropológico (ALMEIDA, 2006), quanto no livro do pesquisador Davi Pereira Junior, que há mais de uma década denuncia o desmatamento à época da construção do projeto Cyclone Space IV (PEREIRA JUNIOR, 2009).

Se levarmos em consideração que hoje a base aérea de Alcântara ocupa apenas pouco mais de 8 mil hectares e que o projeto previsto para o futuro é o de ocupar uma área de 52 mil hectares, podemos

compreender que a problemática poderá vir a ser muito maior do que a que já se desenvolveu nas últimas três décadas.

Conclusões

Muitos dos impactos que encontramos na região são resultantes do processo natural de crescimento da maioria dos aglomerados urbanos e que têm relação com má distribuição de riquezas e políticas públicas mal elaboradas.

Verificar que um município com pouco mais de vinte mil habitantes já apresenta uma comunidade com pessoas que vivem exclusivamente como catadores de lixo, expõe não apenas um elevado índice de pobreza, mas também denuncia a ausência do poder público que negligencia a construção de um aterro sanitário e ignora a pauperização da população local.

As problemáticas do município relacionadas com a implantação da base aérea são bem definidas em nossa pesquisa, buscando focar principalmente nas pessoas que foram retiradas de seus povoados e transferidas para as agrovilas sem poder de escolha quanto ao seu futuro.

É importante ressaltar que as pessoas não aceitaram passivamente as injustiças que por ventura ocorreram e também que os injustiçados não estavam sozinhos em seu clamor de reparação dos danos sofridos.

Em relação ao apoio dado às comunidades, destaca-se o papel das universidades e seus pesquisadores. Todas as instituições de ensino superior, tais como UFMA, IFMA e UEMA, vêm se mobilizando e desenvolvendo trabalhos de pesquisa acerca das problemáticas de Alcântara, sendo relativas a aspectos jurídicos ou ambientais, ou sociais ou culturais, em variados âmbitos foram produzidos trabalhos científicos (LOPES 2016, ALMEIDA 2006, PEREIRA JUNIOR 2012, BRAGA 2011, VIEGAS 2016).

Buscamos, na medida do possível, relacionar os fatos ocorridos ao longo do lapso temporal escolhido para a realização da pesquisa com os eventos políticos e econômicos ocorridos no país e no mundo.

O processo de deslocamento compulsório, a ausência de consulta prévia, o descumprimento de leis ambientais, a ausência de EIA/RIMA, a falta de titularização dos imóveis dos deslocados, a pauperização do povo e o crescimento desordenado do entorno da cidade são todos processos que trazem dúvidas quanto ao futuro e à qualidade de vida das pessoas na região.

Então, buscar saídas pactuadas, debater-se quanto ao modelo de gestão, desenvolver políticas públicas de distribuição de renda, fomentar políticas que propiciem uma ocupação organizada do ambiente natural, utilizar a educação como meio de desenvolver uma cultura preservacionista e conservacionista do patrimônio do município são todas ações que podem permitir a redução de desigualdades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: **laudo antropológico** – Brasília: MMA, v.1, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara: **laudo antropológico**. Brasília: MMA, v. 2, 2006.

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. **Território étnico: conflitos territoriais em Alcântara - Maranhão**, SP. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. **As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara / São Luís**, 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2016. 94f.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: território e conflito – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space**. Manaus Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES COLETIVAS: Uma Etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense** .Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal da Bahia-UFBA, 151p. Salvador, 2012 .

SANT'ANA JUNIOR, H.A., TEISSERENC, M. J. da S.A., BRUSTOLIN, Cíndia. **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luis: EDUFMA, 2018.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da. Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os anos noventa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n.26, p. 275-290, dez. 2006. Disponível em

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev_2613.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

VIEGAS, A. M. Mapeamento e determinação da biomassa de manguezais através de imagens de satélite e dados dendométricos no Município de Alcântara-MA. Seminário Norte e Nordeste Saúde e Ambiente. **Anais** do Seminário Norte e Nordeste Saúde e Ambiente, 2016.